

Fernando Molica

Bikes elétricas: Centrão sobre rodas

Os pilotos de bicicletas elétricas são uma espécie de tradução sobre rodas do Centrão: não têm o menor compromisso com as regras, circulam pela direita, pelo centro e pela esquerda com a mesma naturalidade, não se impõem limites, desfrutam de impunidade, adoram andar pela contramão e não dão a menor bola para a opinião dos outros.

Por alguma razão desconhecida, os sujeitos que elaboram e regulamentam as leis de trânsito acharam por bem dar uma espécie de passe livre para quem compra uma dessas bikes, que podem rodar sem placas.

É como se a baixa potência de seus motores fosse uma espécie de atestado de incapacidade de pro-

dução de danos.

Na prática, as aquelas máquinas não são máquinas, mas não objetos circulantes não-identificados e inclassificáveis: têm rodas, motor, podem chegar a 45 km/h — e isso não é pouco —, mas não são motocicletas.

Para as autoridades de trânsito, rotular esses meios de transporte seria assim o mesmo que tentar estabelecer parâmetros ideológicos para o pessoal do Centrão, restringir sua capacidade de ir, vir, de fazer o que bem entende.

Os privilégios concedidos a bicicletas elétricas são incompatíveis com o bom senso. Se o fato de os pouco potentes motores dessas tira tira delas a característica de veículo motorizado, meu carro

1.0 também não deveria ser considerado carro perto de uma dessas SUVs grandalhonas: eu deveria ter direito a rodar pelo acostamento, ultrapassar sinais vermelhos, estacionar em qualquer local.

Silenciosas como parlamentares que, no escurinho, articulam benesses para o Banco Master ou para a Refit, não são detectáveis por um dos nossos sentidos, a audição. Pequenas, podem ser enfiadas — e o são — em qualquer espaço entre carros e pedestres. Infiltram-se no trânsito como representantes do Centrão na máquina pública.

Circulam sem restrições pelas calçadas, parques e pela contramão das ruas do mesmo jeito que seus correspondentes no mundo

político entram e saem de palácios de governo (de qualquer governo), de estatais, de agências reguladoras.

Para os donos de bikes elétricas, as ruas são uma espécie de Codevasf, aquela receptora universal de emendas parlamentares e distribuidora de tantos carinhos.

Azar o nosso, que vivemos sem direito à carta branca que dá plenos poderes às bikes elétricas e aos caras do Centrão. Que tratemos de redobrar nossos cuidados ao andar pelas ruas, nunca se sabe quando seremos vítimas de uma bicicleta perdida, de um CDB sem fundos do Master ou de um aumento de impostos para compensar a grana que deixou de ser paga pela Refit.

Sérgio Cabral*

Juros Indecentes

Os juros brasileiros são indecentes. A Selic, Sistema Especial de Liquidação e Custódia, é a taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Banco Central para controlar a inflação. Ela foi mantida em 15% ao ano, por decisão do Comitê de Política Monetária Nacional, o COPOM, no último dia 5 de novembro. Com isso, o juro real brasileiro — após descontada a inflação — está em cerca de 9,7 % a 9,8 % ao ano. Juros reais! Temos a segunda maior taxa básica de juros do mundo. Apenas a Turquia tem uma taxa mais absurda.

A perspectiva da dívida pública brasileira é chegar a 75% do PIB, o Produto Interno Bruto. Isso é palavrão para o mercado financeiro, que exige, via de regra, a redução da Dívida/PIB como a solução para diminuir a inflação. Em tese, há razão na demanda. Sempre é utilizado o argumento de que não se pode gastar mais do que se arrecada. Beleza, no mundo ideal. Mas esse mundo não existe. Na Europa, por exemplo, a dívida pública da Itália chega a 138% do PIB italiano, na França a 115% do PIB francês,

na Bélgica a 106% do PIB belga, na Espanha a 103% do PIB espanhol e em Portugal a 96% do PIB português. No Japão, a relação entre dívida pública e Produto Interno Bruno do ano passado foi de 216%. E a perspectiva para esse ano é chegar a quase 230%! Nos Estados Unidos ela chega a 125% do PIB. Na China, o mercado estima a dívida pública em torno de 100% do PIB.

Os economistas ortodoxos afirmam que a razão é o grau de produtividade e consumo dessas sociedades que dão sustentação a essas relações deficitárias entre dívida pública e produto interno bruto. Sim, sem dívida. Mas como o Brasil sai da armadilha em que nos encontramos, se não for com a incorporação das massas trabalhadoras ao consumo? A taxa média de empréstimo pessoal em nosso país está em 8% ao mês. Isso equivale a uma taxa efetiva anual bastante elevada de 150% ao ano! As menores taxas médias para consignados de servidores públicos, segurados do INSS e CLT variam de 1,30% a 1,70% ao mês. Estamos tratando de empréstimo a pessoas cujo risco de

inadimplência é baixíssimo. A taxa média de empréstimo a empresas no Brasil é de 25% ao ano. No financiamento da casa própria varia de 10% a 13% ao ano mais TR, a Taxa Referencial, que está em 1,88% ao ano.

O custo do dinheiro no Brasil é muito caro para quem quer liquidar as suas dívidas, para o empresário que deseja investir e para o novo empreendedor. A maioria das pessoas e das empresas vive na rolagem de dívidas no seu CPF ou no seu CNPJ.

A expansão do gasto público no governo Lula foi dirigida exatamente para a incorporação das massas trabalhadoras ao consumo e ao mercado de trabalho. Hoje temos a menor taxa de desemprego do país nos últimos 13 anos. A inflação está dentro da meta estabelecida pelo Banco Central. A expectativa de vida dos brasileiros era, em 1990, de 69,9 anos. Hoje, é de 76,5 anos. O país precisa crescer e incorporar a maioria da população para o consumo e o bem estar. Somos 213 milhões de pessoas. 1% da população concentra mais de 60% da riqueza nacional. Isso é desumano, injusto e emper-

ra o desenvolvimento do Brasil. Não há como mudar essa realidade sem a ação do poder público. O governo Lula ampliou as políticas públicas de apoio às famílias mais carentes de recursos materiais. Por outro lado, está desbaratando gigantescos esquemas de sonegação fiscal. Acaba de sancionar uma lei justa que zera o imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais por mês, e suaviza o imposto para quem ganha até 7mil/mês. Na outra ponta acrescentou mais 10% de IR na alíquota dos mais ricos. Isso é justiça fiscal. Houve um retorno à política de reindustrialização do país com o vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin e o BNDES liderado por Aluísio Mercadante.

Lula e Fernando Haddad estão no caminho certo. Basta o Comitê de Política Monetária Nacional fazer a sua parte: reduzir, com responsabilidade, a taxa básica de juros do país. A chance de mudar essa trajetória da taxa de juros já tem data marcada: 9 e10 de dezembro.

***Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho**

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

1º de dezembro é o Dia Mundial de Luta Contra a Aids (Vírus da Imunodeficiência Humana)

1-DIA MUNDIAL DA LUTA CONTRA A AIDS. 1º DE DEZEMBRO é o Dia Mundial de Luta Contra a Aids (Vírus da Imunodeficiência Humana), data estabelecida para conscientizar a população sobre a doença, combater o preconceito e promover a prevenção. No Brasil, há iniciativas como a entrega automática de autotestes de HIV. (...) A Igreja Católica celebra Santo Elgíjo, padroeiro dos ourives, ferreiros e outros profissionais ligados ao metal. (...) (GOOGLE-INTERNET)

2-OS VOTOS QUE JORGE MESSIAS NÃO TERÁ DER JEITO NENHUM no Senado. Ecos da Lava-Jato praticamente aniquilam chance de pacificação com ex-juiz e senador Sergio Moro. Por Laryssa Borges. (VEJA)

3- DESEMPREGO CAI A 5,4% em outubro e renova menor patamar da série histórica. Dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD Contínua, de outubro. Por Camila Pati. No trimestre

encerrado em outubro, a taxa de desocupação no Brasil foi de 5,4%, a menor desde 2012 e um resultado abaixo das expectativas, que apontavam para 5,5% A população desocupada caiu para seu menor número desde o início da pesquisa, em 2012. (VEJA)

4-NETFLIX - RELAÇÃO BRASIL-EUA PODE AZE-DAR. “Taxa Netflix” pode azedar mais a relação Brasil x EUA – Estados Unidos da América. Lei do streaming, aprovada na

Câmara, cria taxas para as plataformas e cotas de produção nacional e vai agora para o Senado sob pressão de big techs (grandes empresas de tecnologia) e do governo Trump. Quer ler mais? Clique no LINK: - (...) (ND+)

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro - e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

EDITORIAL

O domínio do futebol brasileiro no Cone Sul

O futebol sul-americano presenciou, na última década, uma consolidação do domínio brasileiro nas competições continentais, especialmente na Copa Libertadores. O que antes era uma disputa acirrada, marcada por uma rica alternância de poder, transformou-se em uma fase de hegemonia que a mídia europeia já apelida de “Tirania do Samba”. Os motivos para essa supremacia não se limitam ao talento em campo, mas residem em uma combinação de fatores econômicos, estruturais e geográficos que criaram um abismo intransponível em relação aos demais países da CONMEBOL.

O ponto fulcral dessa disparidade é o poderio financeiro dos clubes brasileiros. O Brasil, sendo um país de dimensões continentais e com uma população de mais de 210 milhões de habitantes, gera um mercado consumidor gigantesco para o futebol. Isso se reflete diretamente nas receitas de direitos de transmissão, que são exponencialmente maiores do que as arrecadadas por ligas vizinhas. Clubes como Flamengo e Palmeiras, com receitas bilionárias, operam em uma outra estratosfera financeira. Esse fluxo de capital robusto permite que contratem não apenas jogadores de alto nível – muitas vezes repatriando talentos que não se firmaram na Europa ou atraindo destaques de outros clubes sul-americanos –, mas também comissões técnicas renomadas e de longa permanência, como o caso de Abel Ferreira, que consolidou um projeto vitorioso.

A introdução das Socie-

dades Anônimas do Futebol (SAFs), somada a uma gestão financeira mais profissional e responsável, observada em alguns dos maiores clubes (como o Flamengo que reestruturou suas finanças após 2012 e o próprio Palmeiras com a excelência em gestão), potencializou essa vantagem. A capacidade de investimento se traduz em elencos mais profundos e valiosos, capazes de suportar o calendário exaustivo e competir simultaneamente em alto nível no Brasileirão, na Copa do Brasil e nos torneios da CONMEBOL. O resultado é um ciclo virtuoso: o dinheiro atrai talentos e infraestrutura, que geram títulos, que por sua vez aumentam as cotas de premiação e a visibilidade de marca, atraindo mais patrocínios e, finalmente, mais dinheiro.

Em contraste, clubes de países como Argentina, Uruguai, Colômbia e Chile lutam com receitas modestas e são, em essência, exportadores de talentos para o Brasil, México, EUA e Europa. O menor volume de recursos financeiros e as estruturas de gestão ainda amadoras ou excessivamente dependentes de resultados imediatos dificultam a montagem de elencos competitivos a longo prazo. O resultado é um cenário onde a rivalidade histórica persiste na paixão das arquibancadas, mas a força no campo de jogo pende decisivamente para o lado brasileiro. A “Tirania do Samba” é, portanto, a consequência inevitável da conjugação de um mercado gigantesco e de uma modernização (ainda que tardia e desigual) da gestão esportiva e financeira.

A relevância da dignidade menstrual

Apesar de ser uma experiência biológica comum a quase metade da população, a menstruação ainda é tratada, majoritariamente, como motivo de piada ou como um detalhe incômodo do cotidiano. Um levantamento inédito da Nexus – Pesquisa e Inteligência de Dados, que analisou mais de 173 mil publicações nas redes sociais entre janeiro de 2024 e outubro de 2025, revela um fenômeno inquietante: enquanto memes, ironias e relatos sobre cólicas e TPM dominam o volume de postagens, é justamente o debate social e político sobre o tema que gera maior engajamento. Ainda assim, permanece minoritário.


A pesquisa mostra que apenas 10,8% das postagens categorizadas tratam da menstruação sob o viés social, incluindo discussões sobre pobreza e dignidade menstrual, impactos na educação e no trabalho, licença

menstrual, programas públicos e situações de crise humanitária. São apenas cinco dos 22 subtemas classificados, mas, segundo observa Ana Klarissa Leite e Aguiar, diretora de Inteligência de Dados da Nexus, esses tópicos mobilizam uma média de interações 1,8 vez maior do que todas as outras conversas sobre o ciclo. Ou seja: quando o debate se aprofunda, a sociedade responde. Há interesse, há repercussão, há sede por diálogo qualificado.

Por que, então, seguimos conversando tão pouco sobre o que mais importa?

Falar de dignidade menstrual é falar de desigualdade. Meninas que faltam à escola porque não têm absorventes; mulheres que improvisam com miolos de pão, panos reutilizados e até folhas de jornal; trabalhadores que perdem dias de serviço por falta de condições básicas de higiene.

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: VARGAS CRIA O MINISTÉRIO DO TRABALHO

As principais notícias do Correio da Manhã em 1º de dezembro de 1930 foram: Vargas institui um selo especial destinado ao resgate da

HÁ 75 ANOS: GUERRA DA COREIA TOMA PROPORÇÕES MUNDIAIS

As principais notícias do Correio da Manhã em 1º de dezembro de 1950 foram: Várias unidades da ONU começam a evacuar Pyong-

dívida externa. Vargas cria um novo ministério, voltado para as questões trabalhistas, que ficará sob o comando de Lindolfo Collor. Criadas as se-

cretarias do Ministério da Educação e Saúde Pública, cuja equipe será de parte do Ministério da Justiça e outra de repartições públicas.

liciais de prontidão na Alemanha Ocidental para as eleições. Câmara vai decidir se o Congresso entra ou não em recesso.